

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL: EMPRESA E EMPREENDEDORES

*Fernando Antonio Faria**

Resumo

O presente artigo trabalha uma experiência empresarial no ramo têxtil no final do século XIX e a criação da Companhia Progresso Industrial do Brasil no Rio de Janeiro. Aborda a organização interna, os estatutos, a construção da fábrica, as ações na Bolsa, os empreendedores e o padrão de acumulação de capital.

Palavras-chave: história empresarial; século XIX; Rio de Janeiro

A Companhia Progresso Industrial do Brasil, fundada em 6 de fevereiro de 1889, teve como incorporadores o conde de Figueiredo e o barão de Salgado Zenha pelo Banco Internacional do Brasil e os comendadores Estevão José da Silva e Manoel Antonio da Costa Pereira pelo Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro. O lançamento na praça das quinze mil ações no valor de 200\$, perfazendo um total de Rs. 3.000:000\$, foi feito pelos bancos acima mencionados. O comendador Estevão José da Silva, Manoel Moreira da Fonseca e Antonio Xavier Carneiro, nomeados diretores pelo artigo 37 dos estatutos de 14 de janeiro de 1889, tiveram o seu mandato confirmado pela assembléia geral constitutiva da CPIB (Companhia de Progresso Industrial do Brasil).

* Professor Doutor dos Programas de Pós-Graduação em História da UFF e UERJ. Coordenador do Laboratório de História Social da Economia do PPGH/UFF.

A proposta da criação da fábrica foi iniciativa do engenheiro brasileiro Henrique de Morgan Snell, da firma De Morgan Anell & Co. de Londres, que elaborou “as plantas e cálculos sobre custos e despesas de fabricação e demonstração da renda provável sobre o capital empregado” (CPIB, Rel., 1890, p. 12), e que a ofereceu ao exame do conde de Figueiredo e do barão de Salgado Zenha. O barão foi incentivado pelo seu companheiro de direção da CFTCI, Antonio Xavier Carneiro, a por em “execução ... tão futuroso empreendimento” (CPIB, Rel., 1890, p. 30). O citado engenheiro procedeu, então, aos estudos de localização da fábrica, tendo concluído que a chácara que pertencera, em vida, ao Duque de Caxias, situada na atual rua Conde de Bonfim, reunia o espaço necessário e o volume de água suficiente, ora estimados em dois milhões de litros diários.

A diretoria, porém, considerando a vulnerabilidade em que a fábrica se encontraria devido à dependência do fornecimento público de água e suas periódicas crises, decidiu que a construção far-se-ia em terras próximas à Capital, contíguas à Estrada de ferro Central do Brasil e com fontes próprias de água em volume suficiente ao consumo fabril. Foram adquiridas as fazendas do Bangu e do Retiro e partes da antiga fazenda do Guandu do Sena, referentes às cachoeiras do Fundão e do Agostinho, totalizando cerca de uma légua de terras, no valor de Rs. 132:137\$910. Posteriormente, outras partes foram compradas com o objetivo de aumentar o volume de fornecimento de água à fábrica e proteger as matas e nascentes dos mananciais.

A proposta apresentada por Henrique de Morgan Snell & Co., de construção, conforme o projeto fornecido pela companhia a ser criada, dos edifícios, dependências, tanques e reservatórios de uma fábrica de fiação e tecelagem, exclusiva, e canalização das águas e as despesas da alfândega, pelo custo total de Rs. 4.100:000\$, com um prazo de execução de dois anos e meio, foi aceita pela diretoria e o contrato assinado em 21 de junho de 1889 (CPIB, Rel., 1890, p. 9).

A fazenda do Bangu, por sua proximidade da linha da estrada de ferro, foi o local designado para a construção da fábrica. A escolha dos equipamentos para a fabricação das fazendas e das máquinas de força motriz recaiu sobre os fabricantes *Platt Brothers & Co.* e *Bucley & Taylor*, respectivamente, devido ao conhecimento obtido pelo diretor Antonio Carneiro à frente da CFTCI. A fiscalização da execução do

contrato e os serviços de construção da represa e encanamento das águas da Cachoeira do Fundão ficaram sob a responsabilidade do engenheiro Arthur Alvim da CPIB e, a supervisão geral, a cargo de Antonio Xavier Carneiro, diretor secretário com atribuições de gerente.

A CPIB tinha o prazo de 30 anos de duração e, seus fins, expressos no artigo 2º dos seus estatutos, eram:

1.º - Organizar e fundar, nas proximidades desta Côrte, uma fábrica para explorar a indústria de preparar, fiar, tecer, tingir e estampar algodão ou outros materiais têxteis, adquirindo, para esse fim, os mais aperfeiçoados maquinismos, e quanto for necessário ao aperfeiçoamento desta especialidade fabril. 2.º - Edificar, em terrenos seus, apropriadas e higiênicas habitações para serem alugadas a operários em serviço da companhia. 3.º - Comprar a matéria-prima e vender os produtos nestes ou em outros mercados, podendo, em caso preciso, estabelecer agências no Império e consignar os produtos para onde convier (CPIB, Est., 1889, p. 3-4).

O capital inicial de Rs. 3.000:000\$ deveria ser integralizado em parcelas não superiores a 15%, segundo as necessidades da companhia, e com um espaço mínimo de quarenta dias. O aumento deste capital para Rs. 6.000:000\$ far-se-ia através de proposta da diretoria, com parecer favorável da assembléia geral de acionistas. Caso positivo, a distribuição das novas ações far-se-ia na proporção da quantidade de ações de que cada acionista fosse possuidor. As ações não integralizadas em tempo incorriam em multa de 5% do valor da prestação em atraso e, depois de 30 dias do vencimento, cairiam em comisso e poderiam ser reemitidas. Os empréstimos, na praça local ou no exterior, seriam feitos através de emissão de títulos de prelação (debêntures) até o limite do capital integralizado e com a garantia hipotecária do ativo e imóveis da companhia.

O custo real (capital e juros) final do empreendimento deveria ser calculado incluindo-se 8% ao ano, de juros contados semestralmente, e creditados à conta de lucros e perdas, de todas as importâncias pagas pela companhia até o momento imediatamente anterior ao seu pleno funcionamento. Durante este mesmo período os acionistas fariam jus a 7% ao ano, pagos semestralmente sobre as quantias integralizadas. À distribuição dos lucros apurados semestralmente dever-se-ia proceder

depois de abatidas as cotas do fundo de reserva e fundo de amortização, sendo permitida a repartição integral dos lucros nos dois primeiros anos de funcionamento. As porcentagens destinadas aos fundos seriam estipuladas na primeira assembléia geral dos acionistas após a inauguração da fábrica. Os estatutos definiam os fundos como sendo:

O fundo de reserva é destinado a substituir e a restaurar o material, que se inutilizar, e a fazer face a qualquer perda, que se verifique, no capital.

O fundo de amortização será especialmente aplicado ao resgate de títulos que tenham sido emitidos em virtude de empréstimo contraído pela companhia (CPIB, Est., p. 7-8).

Cada ação deveria corresponder a um único dono. Caso contrário, os respectivos direitos ficariam suspensos até o momento em que se designasse um único representante. As ações caucionadas ou dadas em penhor mercantil mantinham os direitos de representação nas assembléias e percepção de juros ou dividendos.

Os acionistas deveriam reunir-se em assembléia geral ordinária nos três meses posteriores à publicação do balanço de dezembro. As assembléias extraordinárias eram convocadas por iniciativa da diretoria ou do conselho fiscal. Os acionistas que representassem pelo menos 20% do capital social poderiam solicitar à diretoria a convocação de uma assembléia geral extraordinária. As assembléias gerais para serem válidas, deveriam reunir uma quarta parte das ações emitidas, salvo em casos especiais que exigiam 2/3. Os acionistas poderiam ser representados por procuradores com poderes especiais que deveriam ser confirmados pelo presidente da companhia, o qual era responsável pelos preparativos da assembléia. Caso não houvesse *quorum*, convocar-se-ia nova assembléia, que deliberaria independente do valor do capital representado, exceto nos casos de forma dos estatutos e dissolução da companhia.

A cada grupo de dez ações, inscritas trinta dias antes, no registro da companhia, corresponderia um voto nas assembléias. A presidência das assembléias gerais caberia a um acionista escolhido por aclamação ou em escrutínio secreto. As assembléias ordinárias destinavam-se à apresentação, ao exame e à deliberação no plenário do relatório, a balanços e demonstrações das contas e ao parecer do conselho fiscal, seguidos da

eleição anual do conselho fiscal e dos diretores que tivessem completado o mandato.

A companhia era administrada por três diretores eleitos em votação secreta e com maioria absoluta de votos da assembléia geral dos acionistas. Cada diretor deveria caucionar cem ações (Rs. 20:000\$) em garantia de seus atos. O mandato era de três anos e permitida a reeleição. Os exercícios da presidência, secretaria e tesouraria eram atribuídos pelos próprios diretores. Bastavam os votos de dois diretores para a tomada de decisões. O poder decisório da companhia concentrava-se na diretoria através das seguintes atribuições e deveres:

- 1.º - Administrar, superintender e fiscalizar, coletiva e individualmente os interesses da companhia, exercer todas as atribuições inerentes ao mandato, especializadas ou não nestes Estatutos.
- 2.º - Adquirir imóveis, construir todos os edifícios para a fábrica e habitações para operários, ajustar e obter maquinismos e quanto necessário for, para que a companhia produza os artefatos de sua indústria, podendo para esses fins celebrar escrituras e contratos.
- 3.º - Nomear e demitir livremente quaisquer empregados da companhia, inclusive um administrador geral com delegação dos poderes, que forem convenientes ao regime econômico e à regularidade do trabalho.
- 4.º - Vender e autorizar a venda dos produtos da fábrica e quaisquer outros efeitos pertencentes à companhia, exceto bens imóveis, que só poderão ser alienados com expressa autorização da assembléia geral dos acionistas.
- 5.º - Garantir com quaisquer valores pertencentes à companhia, inclusive imóveis, os empréstimos que forem contraídos, assinando as escrituras e hipotecas necessárias para tal fim.
- 6.º - Nomear agentes, em qualquer parte do Império, para promover a venda de produtos, marcar-lhes os vencimentos ou comissões.
- 7.º - Fixar os dividendos e distribuir semestralmente.
- 8.º - Exercer livre e geral administração, para o que fica investido de plenos poderes, inclusive os de procurador em causa própria (CPIB, Est., p. 13-14).

Ao presidente competia presidir as sessões quinzenais da diretoria, convocar sessões extraordinárias, assembléias gerais, representar a companhia em juízo ou fora dele, assinar títulos das ações juntamente

com o secretário, e outros títulos, rubricar cheques assinados pelo tesoureiro para movimento da conta com o banqueiro da companhia. Ao secretário cabia substituir tanto o presidente quanto o tesoureiro, em caso de impedimento; fazer as atas das sessões de diretoria, administrar o escritório e supervisionar a escrituração; apresentar documentos e informações solicitadas pelo conselho fiscal. Ao tesoureiro incumbiam-se as cobranças, os pagamentos decididos pela diretoria, o movimento da conta corrente e o exame das despesas.

A assembléia geral dos acionistas tinha a atribuição de estipular os honorários da diretoria. O conselho fiscal era constituído por três membros efetivos e três suplentes, necessariamente acionistas com voto, eleitos por um no escrutínio secreto com deveres e atribuições da lei nº 3.150 de 4 de novembro de 1882 e decreto nº 8.821 do mesmo ano. Nas disposições gerais e transitórias foi nomeada a primeira diretoria, cujos integrantes subscreveram os estatutos datados de 14 de janeiro de 1889. Estes estatutos foram reformados em 1892, 1898, 1906, 1919, 1920, 1923 e 1928, por propostas da iniciativa da diretoria (cinco vezes), pelo conselho fiscal (uma vez) e por três acionistas (uma vez).

A Construção da Fábrica

As obras foram iniciadas em 26 de setembro de 1889, empregando vinte operários, média diária que subiu para 315 em dezembro e janeiro. As instalações no canteiro de obras compreendiam galpões para oficinas de carpintaria e ferraria, depósito de materiais e escritório, equipamentos de britar pedra para concreto, olarias com capacidade de produção de 24.000 tijolos em duas máquinas *Murray*, duas máquinas de triturar e amassar argamassa e uma de preparar concreto: todos esses mecanismos acionados à energia vapor. A areia era transportada por vagonetes do tipo Decauville em três linhas de trilhos com 2.175, 1.400 e 1.088 metros de extensão e bitola de 0,50m, a primeira e 1 m, as últimas. A água utilizada nos amassadores e caldeiras percorria três quilômetros de encanamentos montados especialmente para tal.

Quatro meses foram dedicados aos trabalhos de terraplanagem propriamente dita e complementares, tal como a abertura de vales para o escoamento das águas pluviais. Para as fundações foram removidos 5.600 metros cúbicos de terra e areia, e 5.712 metros cúbicos para os

reservatórios; foram utilizados 1.397 metros cúbicos de concreto, construídos 30,50 metros cúbicos de alvenaria ordinária e preparados 140 metros cúbicos de pedra e 22 metros cúbicos de pedra artificial para os muros de depósito subterrâneo e para os peitoris e sapatas, respectivamente. Com a chegada do engenheiro superintendente, em 8 de julho de 1890, intensificou-se o ritmo dos trabalhos, que pode ser constatado pelas atividades executadas, discriminadas a seguir:

Quadro I - CPIB - Evolução das obras da fábrica em 1890

Discriminação	Execução
Escavações	36.861,182 ms ³
Concreto	4.574,046 ms ³
Alvenaria ordinária	496,460 ms ³
Alvenaria rústica	1.063,368 ms ³
Aparelho e escopro para a mesma	1.354,40 ms ²
Alvenaria de tijolo aparente	4.325,400 ms ³
Pedra artificial preparada	234,670 ms ³
Pedra colocada	158,130 ms ³
Cantaria	38,125 ms ³
Ladrilho já colocado	4.785,20 ms ²
Estuque de cabelo e argamassa	9.320,00 ms ²
Cobertas com telhas francesas	10.787,00 ms ²
Manilhas para esgotos	713,8 ms
Colocação de obras de ferro	541,2 t
Clarabóia na sala dos teares	3.154,00 ms ²
Vidros já colocados (de 26 onças)	2.558,00 ms ²

Fonte: CPIB - Relatório apresentado à assembléia geral dos srs. acionistas em 21 de março de 1891.

A produção da olaria local não foi capaz de acompanhar o crescimento da demanda das obras, tendo-se comprado, da olaria de Merity, no ano relatado, dois milhões de tijolos do tipo Hancox, de alta resistência ao esmagamento. Fatores externos impediram que a construção do edifício e a montagem dos maquinismos da fábrica estivessem concluídos em dezembro de 1891, tal como constava do

compromisso contratual assumido pelo empreiteiro – “De Morgan Snell & Co.” com a CPIB. Este atraso pode ser tributado às dificuldades de transporte dos materiais, desde o transbordo do navio para os saveiros e daí para o pátio da estrada de ferro. As freqüentes greves e a escassez de material rodante agravaram as condições precárias de funcionamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, chegando a paralisar as obras por falta de carvão e cal.

A diretoria, reconhecendo os motivos de força maior do atraso, decidiu aceitar a prorrogação da entrega da fábrica pelo tempo mínimo necessário para a sua conclusão, com a expectativa de inaugurá-la no fim do primeiro semestre de 1892. O sistema de abastecimento de água estava concluído, embora dependente de decisão judicial para sua ligação definitiva. A vila operária da fábrica também não ficou pronta a tempo, devido a “dúvidas do engenheiro encarregado da construção dessas casas e a falta de pessoal para executá-las” (CPIB, Rel. 1892, p. 7). Segundo o engenheiro da CPIB encarregado de supervisionar as obras:

Pode-se, porém, dizer que a fábrica está concluída, pois falta pequenos detalhes que não a impedirão de funcionar em mui curto prazo.

Até o presente os trabalhos foram executados com todo o escrúpulo e posso desassombrada e imparcialmente afirmar que nenhuma outra fábrica terá sido construída no Brasil com mais cuidado e talvez nenhuma possa igualar a esta como conjunto de maquinismos aperfeiçoados, correta distribuição e de sólida construção. A companhia pode ufanar-se de possuir uma instalação que dificilmente será igualada em qualquer parte do mundo (CPIB, Rel. 1893, p. 33).

Descrição da Fábrica

A fábrica compunha-se de um edifício retangular com dois anexos: um para o escritório do gerente e da contabilidade e o outro para o encapador e porteiro, com uma superfície de 18.649,59m correspondendo a 107,9 m e 106,63 m cada lado, com fundações de concreto e alvenaria de pedra até o limite inferior das janelas. A partir daí, uma carreira de pedra artificial limitava com a alvenaria de tijolo aparente, que dominava a construção de base de alvenaria de pedra rústica. O

Quadro 2 - CPIB - Evolução das obras da fábrica em 1891

Discriminação	Execução
Escavações para reservatórios, fundações etc.	51.839,300 m ³
Concreto em fundações	4.946,312 m ³
Idem em pavimentos e sub-ladrilho	21.330,70 m ²
Alvenaria ordinária	575,860 m ³
Alvenaria rústica	1.308,868 m ³
Aparelho a escopro para a mesma	1.483,30 m ²
Alvenaria de tijolo aparente	9.193,740 m ³
Pedra artificial em peitoris, cornijas etc.	316,430 m ³
Cantaria em degraus e fundações dos motores	172,848 m ³
Ladrilho sobre concreto	12.726,20 m ²
Emboço e reboço com cimento	3.304,20 m ²
Coberta com telha francesa	16.533,00 m ²
Caiadura	34.495,00 m ²
Pintura e óleo	16.029,00 m ²
Asfalto natural na cobertura das salas de fiação, escritório e casa do porteiro	4.968,60 m ²
Assoalhos com pranchões de 3. ^a na seção de estamparia e gravura	4.250,00 m ²
Clarabóias na sala dos teares	3.353,00 m ²
Telhas de cumieira	3.865,50 m
Estuque com cabelo	19.118,00 m ²
Janelas nas salas de teares e fiação	2.337,00 m ²
Vidros	4.167,00 m ²
Revestimento com madeira das calhas de ferro fundido	243,45 m ²
Calçamento dos taludes do tanque	3.211,000 m ³
Montagem de colunas e vigas de ferro e aço	958,32 t
Colocação de manilhas	701,8 m

Fonte: CPIB - Relatório apresentado à assembléia geral dos srs. acionistas em 16 de março de 1892

piso das salas do primeiro pavimento foi revestido de ladrilhos importados da Inglaterra e aplicados em base de concreto sustentada por vigas duplas de ferro T, as quais estavam assentadas em vigas de aço também em T, colocadas sobre colunas de ferro fundido que, por sua vez, foram apoiadas nas fundações de concreto, através de placas de ferro fundido.

Do lado esquerdo da linha da Estrada de Ferro Central do Brazil, no quilômetro 31 do ramal de Santa Cruz, orientada no sentido leste-oeste, localizava-se a fachada principal do edifício. Na parte de trás, no pavimento térreo, que media 106,63 m por 62,22 m, foram dispostos 1.221 teares. Depois da sala dos teares formavam-se duas alas: a da direita, formada por uma sala medindo 21,5 m por 16,5 m, que abrigava os motores da fiação e de tecelagem e a outra, de 17,49 m por 16,5 m, ocupada pelas rodas de transmissão de energia. Os arquitetos Potts Son & Pickup foram os responsáveis pelo dimensionamento da sala dos motores. Contíguo a esta sala estava um conjunto de dois pavimentos de 72,14 m por 38,99 m com as salas de fiação e cardas. Esta última, com o teto chato e o piso de concreto revestido de asfalto natural até as cimalhas; isto porque, para a fabricação do fio dever-se-ia manter uma determinada temperatura nesta sala e, para tal, era necessário uma camada de água.

No local onde se encontrava a escada de ligação dos dois pavimentos foi edificada a torre do relógio. A passagem do fio e dos materiais da fiação para a tecelagem fazia-se através de elevadores. Os fios que se dirigiam aos teares eram dispostos em rolos, em um local sob a sala dos carretéis e urdideiras. Após a transformação do fio em tecido, este dirigia-se às salas de alvejamento, tinturaria e estamparia, que ocupavam a área de 76,21 m por 30,5 m, dividida parte em dois pavimentos, e a outra parte abrigando o motor; para a estamparia, um pavimento. Rematando esta ala, havia o edifício de dois andares, que acolhia as salas de gravuras e outras atividades da seção de estamparia, com superfície de 51,72 m por 15,25 m. Os corpos do edifício acima descritos formavam um pátio, onde funcionavam, em prédios separados, as oficinas de máquinas e de carpintaria e a sala com seis caldeiras de aço, fabricadas por Buckley & Taylor, ocupando uma área de 27,3 m por 17,3 m. A pouca distância encontrava-se a chaminé de 55 m de altura.

A energia que acionava a fábrica era proveniente de três motores Compound. Destes, um era para o preparo do algodão, com 1.100 cavalos e volante transmissor com diâmetro de 8,54 m e 55 r.p.m. O cilindro de

alta pressão com 0,41 m de diâmetro e o de baixa com 0,82 m, o curso de 1,22 m do embolo e a transmissão feita por 12 cabos de 0,04 m de diâmetro. O último fazia funcionar a estamparia, com 300 cavalos, volante de 5,34 m e 63 r.p.m. Os cilindros com 0,64 m e 0,92 m respectivamente, e embolo de 1,22 m de curso. Tal como os anteriores, os gornes são 12 e o cabo de 0,04 m. A água captada na serra do Guandu do Sena era transportada por encanamento de ferro, através de seis quilômetros, até os dois tanques, com capacidade de 15.584.000 litros, que serviam à condensação e à tinturaria. As máquinas de fabricação do pano eram Platt Brothers & Co.; as de alvejamento, tinturaria e estamparia de Matter Platt & Co. e os três motores de Buckley Taylor & Co.

Próximo à fábrica foi construída uma vila operária com 95 casas. A fábrica, operando à plena capacidade, demandaria um contingente de, aproximadamente, 1.600 pessoas, entre trabalhadores diretos e indiretos. A racionalidade do padrão tecnológico, que informou a concepção deste tipo de planta industrial, determinava a utilização maciça de mulheres e crianças. Assim, a construção da fábrica de tecidos se encaixava no padrão típico arquitetural conhecido por “britânica manchesteriana”: fachada com tijolos aparentes vermelhos, de estrutura sóbria e pesada, em planos simétricos. Esse modelo de arquitetura aponta para um mecanismo de superexploração do trabalho, e sua permanente vigilância exige paredes elevadas e janelas ao alto (Foot Harman e Leonardi, 1982, p.177-8).

Em 11 de julho de 1892 a CPIB assumiu o controle da fábrica, que estava praticamente concluída e cuja solidez e bom funcionamento eram garantidos, contratualmente, por seis meses. Decorrido o período de experiência na fabricação de morina e chitas, a diretoria concluiu que a qualidade e perfeição obtidas..., fazem crer que terão consumo grande e certo no mercado – no qual já foi encetada a introdução dos mesmos artigos (CPIB, Rel. 1893, p. 11) – e estabeleceu a data da inauguração.

A diretoria cumpre o dever de participar aos srs. acionistas que a inauguração da sua fábrica de tecidos e estamparia de Bangu deve realizar-se no dia 8 do corrente e convida-os a procurarem os seus cartões para o trem que partirá no dia da inauguração, às 8:00 horas da manhã, da Estação de Ferro Central do Brazil, cujos cartões estão a sua disposição no escritório da companhia à rua Visconde

de Inhauma, nº 28, 1ª andar. Rio de Janeiro, 2 de março de 1893.
(Ass.) Antonio Xavier Carneiro – diretor secretário (J.C., 1893, p. 6).

A inauguração contou com a presença do então vice-presidente da República, Marechal Floriano Peixoto e de representantes do Prefeito do Distrito Federal e do Conselho Municipal, além de acionistas e pessoas ligadas ao mundo dos negócios.

Empreendedores e Empresários

A incorporação da CPIB reuniu duas importantes instituições bancárias do Rio de Janeiro: o Banco Internacional do Brazil e o Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro. O primeiro foi fundado em 1º de dezembro de 1886, com capital autorizado de Rs. 20.000:000\$. Em 1889, funcionava na rua da Alfândega, 22, com o capital autorizado inicial. O capital realizado era de Rs. 12.000:000\$, o fundo de reserva de Rs. 240:000\$ e os lucros suspensos de Rs. 293.544\$610. A alta direção do banco era integrada pelas seguintes figuras: Presidente: visconde de Figueiredo; Vice-Presidente: conselheiro Manoel Salgado Zenha; secretário: Manoel Moreira da Fonseca; diretores: comendador Pedro Gracie, William Henry Holman e Edward Herdman; conselho fiscal: Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, Joaquim de Mattos Vieira e barão da Lagoa; suplentes: Manoel Gonçalves Duarte, Diogo Andrew e Raul Gomes de Carvalho.

Edward Herdman acumulava as suas funções de diretor com as de gerente da caixa filial em Londres. Os correspondentes do BIB em Londres e em Paris eram, respectivamente, o London & County Banking Company Limited e Banque de Paris et des Pays-Bas. Possuía, no Brasil, caixas filiais em Pernambuco e no Pará e agentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santos, São Paulo, Bahia, Maceió, Maranhão, Ceará e Curitiba. Em Buenos Aires, Rosário e Montevideú, o seu agente era o London & River Bank Ltd; em Nova York, G. Amzinck & Co.; em Berlim e outras cidades alemãs, o Deutsche Bank; em Madrid e outras cidades espanholas, o Banco Hypothecario de Hespaña; em Milão e outras cidades italianas, o banco Generale; em Lisboa e em outras cidades portuguesas, o Banco de Portugal e, em Antuerpia, o Banque D'Anvers (Almanak, 1889, p. 1216-7 e 1221).

A assembléia geral extraordinária do BIB de 16 de setembro de 1889 foi presidida pelo Visconde de Figueiredo, tendo este encaminhado ao plenário a proposta a seguir, que foi aprovada por unanimidade.

O Visconde de Figueiredo como representante dos fundadores do grande banco de emissão com base metálica que se vai criar nesta Corte de conformidade com a lei 3.403 de 24 de novembro de 1888 e decreto n.º 10.262 de 6 de julho do corrente ano, banco que terá o capital de Rs. 90.000:000\$ dividido em 450.000 ações do valor nominal de Rs. 200\$ cada uma e que se denominará Banco Nacional do Brasil, propõe ao Banco Internacional do Brasil a sua fusão no referido banco sob as condições seguintes:

1.ª - Os acionistas do banco Internacional do Brasil, aceita a proposta, ficam com o direito por privilégio, a 150.000 ações ao par, do Banco Nacional do Brasil no valor de Rs. 30.000:000\$ nominais e que serão distribuídas desta forma: cada uma ação integralizada do Banco Internacional do Brasil terá direito a duas do novo banco e cada uma de 50% realizados a uma.

2.ª - Para maior facilidade da transação, o Banco Internacional do Brasil subscreverá 150.000 ações do novo banco e quando tiver realizado 20% do valor das mesmas ações as transferirá a quem de direito, segundo o final da cláusula anterior:

3.ª - O Banco Nacional do Brasil tomará a si a continuação dos negócios do Banco Internacional do Brasil.

4.ª - O Banco Nacional do Brasil para auxiliar a breve liquidação do Banco Internacional do Brasil proporcionará todas as facilidades possíveis já no reembolso, por meio de desconto do valor dos títulos a ordem que tiver em carteira, já nas transações de contas correntes e outras.

5.ª - Os acionistas do Banco Internacional do Brasil receberão oportunamente o capital realizado de suas ações deduzindo-se dele os 20% com que se tiver entrado para as ações que lhes couberem do novo banco.

6.ª - Ficarão também com direito aos lucros que se liquidarem no semestre corrente e os que for apurado do fundo de reserva. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1889.

(Ass.) Visconde de Figueiredo (Ata 1889)

A sessão de instalação do Banco Nacional do Brazil ocorreu em 20 de setembro de 1889, com acionistas representando 422.785 ações, tendo sido eleitos os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal. As poucas modificações ocorridas na estrutura operacional do banco, oriundas da fusão, em seu período inicial de funcionamento, podem ser resumidas nos aumentos do capital autorizado para Rs. 90.000:000\$ e do capital realizado para Rs. 18.000:000\$. A vice-presidência passou a ser ocupada pelo visconde de Ghahy. Criaram-se mais três vagas de diretores, que foram ocupadas pelo barão Salgado Zenha (conselheiro Manoel Salgado Zenha), dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão e por Luiz Rodrigues de Oliveira. A diferença básica entre o banco extinto e o BNB residia no fato de que o novo banco detinha a prerrogativa legal de emitir moeda. O Banco Internacional do Brazil, dentre os fundadores, era o maior acionista da CPIB, tendo subscrito 3.243 ações em 6 de fevereiro de 1889. Este montante de ações, juntamente com 2.000 outras dadas em caução pelo barão da Lagoa, Antonio, então 2º maior acionista da CPIB, passaram para as mãos do Banco Nacional do Brazil neste mesmo ano.

A outra instituição bancária que participou da incorporação, o Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, tinha um capital autorizado de Rs. 16.000:000\$, correspondente a 80.000 ações de 200\$ e capital realizado de Rs. 10.000:000\$ na forma de 50.000 ações emitidas. Seu fundo de reserva totalizava Rs. 2.820:000\$ em 30 de junho de 1889, tendo distribuído o dividendo de 10\$ por ação no período precedente. As suas ações estavam cotadas em 310\$, bem acima, portanto, do seu valor nominal, o que demonstra a grande aceitação deste título no mercado e o grau de prosperidade em que se encontrava esta instituição financeira. Encerrou suas atividades durante o auge do pânico bancário de setembro de 1900, que arrastou à falência dezessete instituições de crédito (Levy, 1980).

Em 1889, estavam à frente da direção do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, o conselheiro Estevão José da Silva, o comendador Manoel Antonio da Costa Pereira e Antonio Ferreira da Silva. O chefe da contabilidade era Hilario Mariano da Silva Junior, o tesoureiro, Henrique Gomes Xavier e o advogado do banco, conselheiro Doutor Thomaz Alves Junior. Em 1895 este banco era proprietário de 200 ações, que foram desdobradas para 400 em 1898, quando do aumento

do capital da CPIB, deixando de ser acionista em 1901. De 1889 até 1897 o Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro dividiu com os sucessores do Banco Internacional do Brazil o controle das finanças e da estratégia empresarial da CPIB. Neste período todas as assembléias gerais de acionistas da CPIB ocorreram nos salões do primeiro banco acima.

Francisco de Figueiredo nasceu em 13 de novembro de 1843, na cidade do Rio de Janeiro, filho do comendador José Antonio de Figueiredo e de dona Joaquina Carlotta Penna de Figueiredo. Aos dezoito anos era gerente da casa comercial de propriedade de seu pai e, aos trinta e sete anos, presidente da Companhia Nacional de Paquetes a Vapor e diretor do Banco do Brazil, tendo ocupado a mesma função em companhias de seguros, carris urbanos e outras. Integrou, por duas vezes, a Comissão de Internação de Imigrantes, sem perceber vencimentos. Pelos serviços gratuitamente prestados na remessa e distribuição dos artigos adquiridos pelo governo para as populações nordestinas atingidas pela seca na década de 1870, foi-lhe concedido o título de Visconde de Figueiredo, através do decreto imperial de 19 de julho de 1879 (Santos, 1980).

Nesta mesma década concebeu um plano mirabolante de ligação ferroviária entre Pernambuco e Chile, que não chegou a sair do papel. Era um dos maiores acionistas do Moinho Inglês e, em associação com seu infatigável companheiro de negócios William Henry Holman, conseguiu indicar o engenheiro responsável pela construção desta indústria. Em contrapartida, recebeu uma polêmica comissão pecuniária, ou, segundo Richard Graham, “gorjeta” (Graham, 1973). Incorporou a Companhia de Obras Hidráulicas, com objetivo de explorar as docas do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de qualquer outro porto em qualquer parte. Em 1880, Francisco Figueiredo já era o maior exportador nacional de café, com 51.484 sacas e o 18º, incluindo casas estrangeiras que operavam no Brasil nessa época (Rodrigues s/d, p. 163-93). Três anos depois, torna-se sócio comanditário da firma Gracie, Ferreira & Cia., com o objetivo de comissões de café e mais gêneros do país. Os demais sócios comanditários eram o barão de Carapebus e Antonio Ferreira dos Santos e, os solidários, os comendadores Pedro Gracie e Antonio Ferreira da Silva, diretor do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro. Os dois últimos eram sócios fundadores da CPIB.

O Visconde de Figueiredo foi o fundador do Banco Internacional do Brazil, que se transformou em Banco Nacional do Brazil em setembro

de 1889, fundindo-se com o Banco dos Estados Unidos do Brazil em dezembro de 1890 originando o Banco da República dos Estados Unidos do Brazil, que se uniu ao Banco do Brazil, surgindo o Banco da República do Brazil (Tannuri, 1981). Fracassou na sua tentativa de criar o National Bank of Brazil Ltd. em Londres. Foi incorporador, fundador e grande acionista da CPIB até 1894, com o montante de 500 ações. Entretanto, não ocupou nenhum cargo na direção da companhia. Francisco Figueiredo era, ainda, sócio benfeitor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Grande do Império Oficial da I Ordem da Rosa e Comendador da N.S. da Conceição de Villa Viçosa. Tornou-se conde por decreto imperial de 31 de outubro de 1889.

O segundo dos incorporadores, Manoel Salgado Zenha, nasceu em Braga e morreu no Rio de Janeiro, em junho de 1894. Participou da sociedade comercial do conde de S.S. de Mattosinhos e de várias outras, sendo por último, sócio da firma Zenha & Silveira, que tinha como objeto social: comprar e vender gêneros de molhado por atacado, importá-los por conta própria e recebê-los por consignação; receber comissões por outros quaisquer gêneros, artefatos e valores; fazer descontos e dar dinheiro sobre cauções, compras e valores. O capital da firma “Zenha & Silveira” era de Rs. 200:000\$, sendo Rs. 110:000\$ a cota do conselheiro Salgado Zenha, e o restante do seu sócio Antonio Joaquim Coelho da Silveira (Reg, 1886). A firma Zenha & Silveira subscrevera da fundação da CPIB 1.600 ações (Rs. 320:000\$), tornando-se, então, a terceira maior acionista. Reduziu sua participação acionária para 1.430 ações, em 1890, mantendo-as no ano seguinte. Em 1892 já não era mais acionista.

O Comendador Salgado Zenha foi diretor-presidente da Nova Companhia Commercio e Lavoura, de ensaque e venda de café⁵³, incorporador e diretor da Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial, vice-presidente do Banco Internacional do Brazil e diretor do Banco Nacional do Brazil. O título brasileiro de barão foi-lhe concedido por decreto imperial de 20 de julho de 1889 e o título português, de conselheiro, em 3 de dezembro de 1891. Participou ativamente das associações da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Presidiu, nos anos de 1889 e 1891, as assembléias gerais de acionistas da CPIB, inclusive a da sua constituição. Das 150 ações subscritas inicialmente, passou a ter 390 em 1893 e 400 em 1894. Nesta última data, como foi dito, faleceu, tendo sido inventariante do seu espólio Manoel Moreira da Fonseca, que

acumulava o cargo de diretor tesoureiro da CPIB de 1889 a 1892 com os de diretor secretário do BIB e do BNB.

O terceiro dos incorporadores, comendador Estevão José da Silva, português, exerceu a função de presidente do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro por mais de duas décadas. Na sessão constitutiva do Banco Nacional do Brazil, na condição de acionista (200 ações – Rs. 40:000\$), encaminhou uma proposta à mesa diretora dos trabalhos, unanimemente aprovada, com o seguinte conteúdo:

Propomos que sejam dados os seguintes vencimentos da Diretoria do Banco Nacional do Brazil. Presidente: anualmente, Rs. 60:000\$; porcentagem de 1/2% dos lucros líquidos para ser dividida proporcionalmente entre eles. Sala das sessões em 20 de setembro de 1889. (Ass.) Estevão José da Silva e mais sessenta e duas assinaturas (Ata 1883).

Do colocado acima, pode-se inferir que havia laços de interesses comuns entre o comendador e o Conde de Figueiredo, na época, presidente do BNB. A proposta contemplava generosa e casuisticamente o ocupante da presidência com o décuplo dos vencimentos que o próximo comendador recebia no mesmo cargo à frente da CPIB, não sendo estipulado um vencimento fixo para os demais membros da direção do BNB. O comendador Estevão José da Silva, sócio fundador, era proprietário de 200 ações – Rs. 40:000\$, de 1889 a 1892, diminuindo para 115 de 1893 a 1896. Foi designado pelos estatutos de 1889 presidente da CPIB, tendo sido eleito, em 1892, com 35,95% dos votos para um mandato de três anos e, em 1895, reeleito com 26,05% dos votos. Renunciou em 1º de outubro de 1895 (JC, 10/05/1896). Em 1897 não mais era acionista.

Encerrando o quadro dos incorporadores, temos o comendador Manoel Antonio da Costa Pereira, negociante, capitalista, proprietário, diretor do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro e, posteriormente, diretor e presidente do Banco Commercial do Rio de Janeiro. Em 1862 fundou no Rio de Janeiro a firma Costa Pereira & Cia., com o objeto de negociar por atacado fazendas, modas e armarinho que, com o passar do tempo, passou a ser uma das maiores lojas da cidade. Posteriormente desligou-se desta firma e passou a concentrar suas atividades, principalmente, no setor bancário. Foi membro do

conselho fiscal da Companhia de Seguros Confiança e sócio de Darke David de Oliveira de Mattos, do conselho fiscal da CPIB de 1916 a 1918, na firma David & Cia., sita na Avenida Central nº 102, com o objeto de produzir e vender a grosso e a retalho papéis pintados (Wright, 1913).

O comendador era acionista fundador da CPIB, tendo subscrito, inicialmente, 100 ações. Permaneceu acionista até 1924. Sucedeu o comendador Estevão José em 1895 na presidência da companhia, tendo sido, sucessivamente, reeleito. Renunciou em 14 de janeiro de 1919, no momento em que a CPIB passava por uma grave crise financeira, que quase a levou à insolvência. Durante este período, acumulou as funções acima com as de presidente do Banco Commercial do Rio de Janeiro, instituição que participou acionariamente da CPIB desde a sua fundação até o ano de 1931.

Dos 127 acionistas fundadores, 56 eram provenientes do comércio, representando 7.210 ações, isto é, 48,07% do capital inicial da CPIB. Os restantes estavam distribuídos entre 9 bancos – 29,46%; 5 indústrias – 2,13%; 7 capitalistas e proprietários – 4,70%, 17 profissionais liberais – 6,33% e 33 outros – 9,31%. Estas cifras revelam claramente a origem mercantil deste empreendimento industrial.

Quadro 3 - CPIB - Origens do capital - 06/02/1889

Origem	Nº de acionistas		Nº de ações	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Comércio em geral (exceto café e tecidos)	40	31,50	5.560	37,07
Comércio de café	10	7,87	1.275	8,50
Comércio de tecidos	6	4,72	375	2,50
Bancos e banqueiros	9	7,09	4.418	29,46
Indústrias e industriais	5	3,94	320	2,13
Capitalistas e proprietários	7	5,51	705	4,70
Profissionais liberais	17	13,39	950	6,33
Outros	33	25,98	1.397	9,31
TOTAL	127	100,00	15.000	100,00

Fonte: CPIB - Lista de acionistas em 06/02/1889.

Quadro 4 - CPIB - Distribuição das ações por acionistas fundadores. 06/02/1889

Ações por acionista	Nº de acionistas		Nº de ações	
	Absoluto	%	Absoluto	%
1 - 49	56	44,09	1.142	7,61
50 - 99	28	22,05	1.410	9,40
100 - 499	38	29,92	4.375	29,17
500 - 999	2	1,58	1.000	6,67
1.100 e mais	3	2,36	7.073	47,15
Total	127	100,00	15.000	100,00

Fonte: CPIB - Lista de acionistas em 06/02/1889.

Quadro 5 - CPIB - Estratificação dos acionistas. 06/02/1889.

Estratos	Nº de acionistas		Nº de ações	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Pequenos (menos de 50 ações)	56	44,09	1.142	7,61
Médios (de 50 a 99 ações)	28	22,05	1.410	9,40
Grandes acionistas (100 ações e mais)	43	33,86	12.448	82,99
Total	127	100,00	15.000	100,00

Fonte: CPIB - Lista de acionistas em 06/02/1889.

Os oitenta e quatro pequenos e médios acionistas possuíam menos de um quinto do capital, enquanto os quarenta e três grandes acionistas controlavam 82,99%, sendo que cinco destes detinham 53,82% do capital (vide tabelas). O critério de classificação pautou-se pela atividade onde o acionista presumivelmente iniciou a acumulação do seu capital.

Padrão de Acumulação de Capital

A CPIB foi organizada com um capital inicial de Rs. 3.000:000\$, correspondente a 15.000 ações no valor de Rs. 200\$ cada, na forma de S.A. O cronograma de integralização previa uma entrada em dinheiro de

15%, com intervalo de 40 dias. Portanto, previa-se que ao final de seis meses o capital estivesse plenamente realizado. Não foi isto que ocorreu. Decorridos onze meses da data da sessão constitutiva, somente 18,64% do capital havia sido realizado; no final do mesmo ano, 39,93%. Em 31 de dezembro de 1890, portanto, com um atraso de um ano e cinco meses, o capital estava integralizado.

A companhia nasceu insolvente; para um capital de Rs. 3.000:000\$, assinou em 21 de junho de 1889, com a firma de Morgan Snell & Co., contrato de empreitada para a construção da fábrica, no montante de Rs. 4.100:000\$, valor que não incluiu os gastos com as obras de canalização das águas e direitos alfandegários. Acrescente-se a isto o custo de aquisição de vasta extensão de terras, as despesas financeiras com a intermediação dos incorporadores e os juros de 7% ao ano, pagos semestralmente aos acionistas, durante o período da construção da fábrica e os elevados recursos líquidos para a sua alavancagem financeira quando entrasse em funcionamento.

Haviam sido aplicados recursos da ordem de Rs. 7.436:051\$430 até o momento da entrada em operação comercial da fábrica, em 8 de março de 1893 e, neste segundo trimestre, a sua produção já se encontrava no mercado. A diretoria atribuiu a dificuldade de colocação dos tecidos, embora considerados de boa qualidade, ao mercado estar frouxo, à existência de grandes estoques de tecidos estrangeiros e à queda da demanda das regiões interioranas do país. O contínuo aumento do volume produzido não foi acompanhado pela expansão das vendas. O quadro econômico-financeiro se deteriorou ainda mais, com a eclosão da Revolta Armada, no início de setembro. A diretoria decidiu, então, reduzir a jornada de trabalho a três dias por semana

para não agravar as finanças da companhia; não parando completamente para não desorganizar o serviço já bem encaminhado, e não deixar um grande número de operários e famílias sem pão (CPIB, Rel. 1894, p. 8).

Como foi possível a CPIB superar adversidade tão grande e não sucumbir em um momento de refluxo que a economia brasileira presenciava no pós-Encilhamento? A redução dos dias de trabalho foi uma prática fundamental na estratégia das empresas têxteis no período

analisado. Outra prática característica do setor foi recorrer, com frequência, ao endividamento, como uma das suas principais fontes de financiamento da acumulação de capital: grandes dívidas no presente antecipavam super lucros no futuro. E integrando este quadro, a instabilidade generalizada que envolveu a economia agroexportadora, com especial destaque para a especulação cambial. O crédito, privado ou público, salvo conjunturas atípicas, sempre correspondeu às necessidades de numerário das grandes empresas têxteis do Rio de Janeiro.

A massa de lucros gerada pelo setor foi, durante este período, extraordinariamente elevada, salvo na segunda metade da década de 1920, quando o padrão de acumulação agroexportador da economia brasileira entrou em crise. Os superlucros eram possíveis de ocorrer, por um lado, dada a baixa competitividade praticada no mercado brasileiro e ao elevado grau de oligopolização do setor produtor de tecidos. Por outro, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho colaboraram para a potencialização da acumulação do setor.

Quanto ao endividamento, a diretoria da CPIB, anteriormente, havia contraído um empréstimo no valor de Rs. 3.000:000\$, divididos em 15.000 títulos de prelação (debêntures) de Rs. 200\$ cada, com o objetivo de conclusão das obras. A data de publicação do manifesto para emissão do empréstimo foi 15 de abril de 1891. Estava prevista a primeira amortização para o mês de outubro de 1895. O empréstimo citado fora consumido no mesmo ano de sua emissão, tanto que em 1892 e 1893 a companhia manteve elevadas somas devedoras em sua conta corrente com o Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, o que permitiu superar as suas dificuldades de giro de curto prazo. Este equilíbrio instável caracterizou as finanças da empresa em 1892, mas as dificuldades sobrevindas no ano seguinte tornaram esta situação insustentável.

A decisão de levantar o empréstimo de 1891 ficou circunscrita à diretoria, pois os estatutos de 1889, em vigor, assim o permitiam. Mas as reformas introduzidas nos estatutos em 1892 faziam com que uma decisão deste tipo, para ser válida, fosse tomada em assembleia geral de acionistas, especialmente convocada com essa finalidade. Em 14 de fevereiro de 1894, em terceira convocação, os acionistas reuniram-se em assembleia geral extraordinária, no salão do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a proposta da diretoria, respaldada em parecer favorável do conselho fiscal, de contratar um empréstimo no montante

de Rs. 3.700:000\$ em 18.500 títulos de bônus, no valor de Rs. 200\$ cada, junto ao Banco da República do Brasil.

Este valor destinava-se a dar baixa da primeira hipoteca, que garantia as 15.000 debêntures emitidas em 1891, de que a companhia era devedora. Liquidou esta dívida resgatando 9.520 debêntures e, as restantes 5.480, de propriedade do Banco Rural e Hypothecario, passaram a ser garantidas com segunda hipoteca. O empréstimo de bônus era garantido por hipoteca convencional dos imóveis e acessórios da companhia e foi efetivado em 23 de abril de 1894. A diretoria justificou-se, alegando que a companhia tinha em estoque fazendas manufaturadas, no valor superior a Rs. 1.300:000\$, imobilização que provocara a escassez de recursos para fazer face ao movimento mercantil. A proposta foi aprovada com os votos contrários do representante da firma Cerqueira, Ortigão & Cia., que, por último, recusou-se a assinar a ata por si e por seu constituinte.

Manteve-se crítica a situação de escassez de capital de giro. O ano de 1894 encerrou-se com um saldo negativo de Rs. 1.224:157\$500 na conta corrente de movimento mantida com o banqueiro da companhia. Em 1894, a produção cresceu acompanhando o crescimento dos teares instalados, chegando a funcionar oitocentos teares diariamente. As vendas, não obstante terem se elevado, estiveram aquém da vazão da produção, persistindo a formação de estoques indesejáveis.

O marasmo provocado pela continuação da Revolta da Armada na praça do Rio de Janeiro, foi interrompido por um aquecimento dos negócios nos meses de maio e junho de 1894, seguido da crise dos transportes, agravada pela ocorrência de inundações desta época do ano, o que prejudicou as vendas para os mercados do interior. Porém a diretoria atribuía a causa maior que impedia o escoamento da produção da companhia à importação de similares, leiloados a preços baixos pelas casas importadoras. Essas vendas, porém, não fazem desaparecer os grandes depósitos de tecidos, que apenas passam dos negociantes importadores para os intermediários (JC, 01/05/1895).

Contudo as vendas em 1894 evoluíram positivamente em relação ao ano anterior; mas não a ponto de apresentarem lucro. No final do exercício do ano subsequente, pela primeira vez foi apurado um modesto lucro, parte destinado – Rs. 61:028\$188 – à formação do fundo de reserva e os restantes Rs. 74:585\$599 à conta de lucros suspensos. Os lucros

possivelmente não foram mais elevados em consequência do serviço da dívida, em especial, o relativo ao empréstimo em conta corrente junto ao Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro, o mais gravoso dos três contraídos. Em 1896 continuou a escalada das vendas e foi possível, após sete anos, remunerar o capital dos acionistas com dividendos de Rs. 6\$ por ação no primeiro e segundo semestres e reforçar o fundo de reserva e a conta de lucros em suspenso. A companhia apresentou um desempenho econômico-financeiro extraordinariamente bom em 1897. As vendas atingiram Rs. 7.038:439\$260. Obteve lucro de quase Rs. 2.000:000\$, distribuiu lucros de Rs. 270:000\$ em dividendos de Rs. 8\$ e Rs. 10\$, respectivamente, no primeiro e segundo semestres, quase quadruplicou o fundo de reserva e mais que dobrou a conta de lucros suspensos.

Este desempenho notável atingiu uma amplitude muito maior pelo fato de a CPIB, neste mesmo ano, ter resgatado integralmente as debêntures remanescentes do empréstimo de 1891, de posse do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro e garantidas em segunda hipoteca e ter liquidado o empréstimo em conta corrente junto ao mesmo banco. O total das amortizações feitas excedeu a Rs. 2.300:000\$. A antecipação das amortizações não correspondia estritamente aos interesses da companhia e dos seus acionistas. Serviu, isto sim, aos interesses de alguns acionistas e das instituições financeiras envolvidas diretamente nesta transação. Caso estas amortizações fossem feitas na sua devida época, sem precipitações, o lucro da CPIB certamente teria atingido, no exercício social do ano de 1897, uma quantia superior ao dobro da que efetivamente realizou. A especulação com a dívida da companhia prosseguiu neste ano com a transferência, em 21 de maio, para o Banco Comercial do Rio de Janeiro do empréstimo contraído com o Banco da República do Brasil, sem que os acionistas tivessem sido consultados.

O Banco Commercial do Rio de Janeiro propôs à CPIB a mudança do título representativo da dívida, transformando uma parte do saldo devedor do bônus em debêntures ao par no valor de Rs. 3.000:000\$, e a parte restante de Rs. 552:000\$ em conta corrente. Na assembléia geral ordinária a transferência da dívida passiva e a proposta de transformação do título representativo da mesma levantaram acirradas polêmicas. O grupo de acionistas ligado à direção da CPIB e do Banco Commercial do Rio de Janeiro assumiu defesa intransigente da estratégia financeira até então desenvolvida, como também da proposta de debenturagem e

da antecipação das amortizações da dívida remanescente. Contra esta posição, um grupo de acionistas não-vinculados ao mercado financeiro, tendo à frente o visconde de Azeredo Ferreira, encaminhou por escrito à mesa de trabalhos da assembléia uma proposta precedida de exposição de motivos, que caracterizou a polarização das expectativas e interesses envolvidos na condução dos negócios da CPIB. A assembléia geral aprovou a proposta da diretoria de mudança do título da dívida, constante do relatório apresentado e autorizou a compra de novas máquinas e a amortização antecipada do empréstimo.

Neste mesmo encontro foi aprovada a reforma dos estatutos, passando o capital da CPIB a ser de Rs. 6.000:000\$, divididos em 30.000 ações de Rs. 200\$ cada. O saldo devedor tinha o prazo contratual de onze anos para a sua amortização, mas foi liquidado em três anos. Mais uma vez os interesses financeiros predominaram. Por iniciativa da diretoria, em 1906 foi apresentada à assembléia geral, e aprovada, uma proposta de aumento do capital para Rs. 9.000:000\$, com recursos provenientes da conta de lucros suspensos. Na mesma reunião foi aprovada a reforma dos estatutos.

De 1906 a 1916 a companhia investiu maciçamente no aumento da produção da fábrica. Realizou o ambicioso projeto de canalização das águas do Rio da Prata, que pôs fim ao problema de escassez de água; comprou máquinas e fez obras, que corresponderam à criação de uma nova fábrica, concluída em 1914; converteu a força motriz da fábrica para energia elétrica e passou a produzir tecidos finos. Esse programa de expansão provocou o surgimento, em 1911, de saldo negativo, que excedia a Rs. 1.600:000\$, na conta corrente mantida com o banqueiro da companhia. No ano seguinte a diretoria apresentou uma proposta de empréstimo, com o parecer favorável do conselho fiscal, aprovada unanimemente pelo plenário da assembléia geral de acionistas em terceira convocação.

O empréstimo autorizado era de Rs. 4.000:000\$ em 20.000 obrigações preferenciais (debêntures) e se destinava à consolidação da dívida flutuante decorrente

dos aumentos de edifícios, maquinismos constando de uma fiação de 15.828 fusos, 1.000 teares e todos os acréscimos relativos a este aumento, transformação da força a vapor pela energia elétrica,

captação das águas e aquisição de máquinas para dar melhor acabamento aos nossos produtos (CPIB, Ata 1912).

O manifesto foi publicado em 6 de junho de 1912, fixando a data de 8 de julho de 1912 para abertura da subscrição das debêntures.

O primeiro pagamento estava previsto para janeiro de 1913 e a amortização começaria em 1914.

A grande procura fez com que a subscrição fosse encerrada no mesmo dia de sua abertura. As despesas financeiras arcadas pela companhia por este empréstimo foram de Rs. 52:127\$100. Mais um momento crítico do processo de acumulação da empresa havia sido superado com o auxílio do crédito bancário. De 1916 a 1919 manteve saldo negativo na conta corrente junto ao seu banqueiro em Londres. The London Merchant Bank, na condição de correspondente no exterior, entre outras serviços, prestava adiantamentos aos fabricantes ingleses das máquinas encomendadas pela CPIB. Os indícios existentes indicam que o The London Merchant Bank de há muito havia deixado de ser um banco estritamente comercial, operando com desenvoltura na faixa dos bancos de negócios, peça-chave da engrenagem do capitalismo na sua fase imperialista.

No período de 1896 a 1918 os acionistas da CPIB receberam regularmente dividendos, com exceção do ano de 1914. A companhia entrou em crise quando o conselho fiscal recusou-se a assinar parecer favorável aos atos e contas da diretoria, referentes ao ano de 1918. Isto porque o balanço do segundo semestre daquele ano apresentou um prejuízo de Rs. 4.006:292\$320. Por solicitação do conselho fiscal procedeu-se a um novo inventário e

feita a verificação da escrita, tendo sido encontradas, nessa, graves irregularidades praticadas para encobrir, de longa data, a situação delicada da companhia, aos membros dos conselhos fiscais e acionistas, parecendo terem sido praticadas no intuito de dar dividendo sem poder (CPIB, Parecer 1919).

O novo inventário revelou a existência de um prejuízo ainda maior, de Rs. 6.268:135\$610, que parcialmente foi liquidado pela transferência dos saldos das contas de lucros suspensos (Rs. 636:234\$090), fundo de

reserva (Rs. 1.933:714\$800) e fundo de reserva especial (Rs. 39:230\$610) permanecendo na conta de lucros e perdas o prejuízo de Rs. 3.658:956\$110. O segundo semestre de 1918 apresentou um lucro entre 20 a 30% sobre o valor das rendas efetuadas, o que não foi suficiente para cobrir o elevado prejuízo que há anos vinha-se acumulando, desde a seca de 1914/1915, agravando-se posteriormente pela superprodução de tecidos, pelas grandes encomendas a preços não remuneradores e, por fim, pelo aumento vertiginoso dos preços do algodão e das tintas. Esta sucessão de prejuízos foi encoberta pela utilização do fundo de reserva para distribuir dividendos e para tanto forjaram-se “alterações propositais nos livros (da contabilidade), como sejam somas viciadas, uma das quais na importância de Rs. 2.000:000\$ etc., feitas para esconder a verdade ao conselho fiscal e aos acionistas” (CPIB, Ata 1919).

Esta prevalência dos interesses do Banco sobre os da companhia pode ser explicada pelo fato de que Manoel Alves Velloso Junior, durante o período em que presidiu a CPIB, desempenhava o cargo de diretor secretário do Banco Commercial do Rio de Janeiro. A situação impôs que se recorresse mais uma vez ao banqueiro da companhia, que coincidentemente ou não, também passava por momentos difíceis, operava a seco, sem fundo de reserva e sem lucros suspensos e, de 1918 a 1920 reduziu o seu capital realizado e substituiu o seu presidente.

Mais uma vez, o empréstimo foi encaminhado através da proposta da diretoria, apoiada em parecer favorável do conselho fiscal, e unanimemente aprovada em assembléia geral de acionistas realizada em 20 de março de 1919 no salão do Banco Commercial do Rio de Janeiro. O objetivo declarado no manifesto da emissão era resgatar o saldo restante do empréstimo anterior e consolidar a dívida flutuante. O montante era de Rs. 9.000:000\$ em 45.000 títulos de obrigações preferenciais ao portador, com juros de 7% ao ano, pagos semestralmente e com amortização mínima de 1% ao ano. O preço era de tipo mínimo de 97 1/2%, ou seja, Rs. 195\$. Novamente a estratégia empresarial do endividamento obteve o respaldo da comunidade financeira. As obrigações do empréstimo anterior, que permaneciam em circulação, foram resgatadas.

Concluindo, podemos afirmar que durante o período analisado, a acumulação real precedeu a acumulação financeira, mas em nenhum momento esta última apresentou obstáculos insuperáveis. A CPIB

manteve relações estreitas com o setor bancário, a ponto de seus interesses, como empresa industrial, serem confundidos com os interesses do banqueiro da companhia.

Abstract

This paper seeks to research an industrial experience in Rio de Janeiro by the end of the XIXth century. It explores the beginnings of a textile industry, the Industrial Progress Company of Brazil (Companhia Progresso Industrial do Brasil).

Key words: industrial history; XIXth century; Rio de Janeiro.

Fontes

- ALMANACK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Obra estatística e de consulta. Rio de Janeiro, Laemmert e Cia, 1889, 1890, (microfilme).
- ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL Extraordinária do Banco Internacional do Brasil de 16/09/1889. Rio de Janeiro, Junta Comercial.
- BLAKE, Sacramento. Dicionário bio-bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883-1902. 7 vols. (Conselho Federal de Cultura, 1970).
- CPIB – Companhia Progresso Industrial do Brazil. Relatórios da Companhia Industrial Progresso do Brazil apresentado à assembléia geral dos srs. acionistas. Rio de Janeiro, Typographia da Papelaria União, 12/03/1890; 21/03/1891; 16/03/1892; 29/03/1893; 30/03/1894; 29/03/1895; 25/04/1896.
- CPIB – Estatutos, 14/01/1889. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1889.
- DIÁRIO OFICIAL da União, 07/07/1912.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 189.
- REGISTRO DA FIRMA ZENHA E SILVEIRA, 1886. Rio de Janeiro, Junta Comercial, L18 Reg. 28.353.
- SANTOS, Prezalindo Lery. Panttheon fluminense. Estudos biográficos. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger E Filhos, 1880.
- WRIGHT, Arnold. Impressões do Brazil no século vinte. Sua história, seu povo, commercio, indústria e recursos. Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd, 1913.

Referência Bibliográfica

- GRAHAM, Richard. *Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. Teses, 6.
- LEVY, Maria Barbosa. O encilhamento. In: NEUHAUS, Paulo (coord.) *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RODRIGUES, José Honório. História da economia. A década de 1870 a 1880. In: *História, corpo de tempo*. São Paulo: Perspectiva, s/d.
- TANNURI, Luiz Antonio. *O encilhamento*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1981.